



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE SANTA ADÉLIA - ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo sob nº 0000540-75.2021.8.26.0531

R4C – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, regularmente nomeada *Administradora Judicial* nos autos do Pedido de Recuperação Judicial do grupo formado pelas empresas **VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A E OUTROS (GRUPO VO) - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar de relatório mensal de atividades, nos termos da legislação em regência.

Campinas, 14 de abril de 2025.

R4C ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

Maurício Dellova de Campos

OAB/SP nº 183.917

Arthur F. Cesarini

OAB/SP nº 345.711



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Relatório Mensal de Atividades

GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA

Dezembro/2024



Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DO CENÁRIO ECONÔMICO E DA SITUAÇÃO DAS EMPRESAS	6
2.1. ASPECTOS CONJUNTURAIS E CONTEXTO SETORIAL.....	7
2.2. DA SITUAÇÃO DAS RECUPERADAS.....	9
3. CRIAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS (UPI'S)	11
4. VISÃO GERAL DAS RECUPERADAS	12
4.1. GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA.....	13
4.2. DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA.....	18
4.3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	18
5. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E CONTÁBEIS	19
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL	20
5.1.1. Disponibilidades.....	20
5.1.2. Contas a Receber.....	21
5.1.3. Estoques	22
5.1.4. Ativo Biológico.....	23
5.1.5. Investimentos	23
5.1.6. Outros Créditos.....	23
5.1.7. Imobilizado	25
5.1.8. Fornecedores.....	27
5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas.....	29
5.1.10. Empréstimos e Financiamentos.....	29
5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas	30
5.1.12. Passivo Tributário.....	30
5.1.13. Contas a Pagar – PRJ.....	34
5.1.14. Partes Relacionadas.....	34
5.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	35
5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas	36
5.2.2. Custo de Vendas.....	36
5.2.3. Lucro Bruto e Despesas Operacionais	36
5.2.4. Resultado Financeiro	37



5.2.5.	<i>Resultado Líquido</i>	39
5.3.	DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	39
5.3.1.	<i>Atividades Operacionais</i>	40
5.3.2.	<i>Atividades de Investimento</i>	41
5.3.3.	<i>Atividades de Financiamento</i>	42
5.4.	ÍNDICES E INDICADORES	43
5.4.1.	<i>Liquidez Corrente</i>	43
5.4.2.	<i>Liquidez Geral</i>	44
5.4.3.	<i>Endividamento</i>	44
6.	PASSIVO CONCURSAL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
8.	ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	46
9.	ANEXOS	47

Glossário

GVO	Grupo Virgolino de Oliveira
BP	Balanço Patrimonial
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
Receita Bruta ou Faturamento	Todas as receitas operacionais auferidas pela empresa em um determinado período, incluindo impostos.
Receita Líquida	Trata-se do faturamento ou receita bruta depois de deduzidos os impostos, devoluções, abatimentos e cancelamentos.
Custo de Vendas	São os gastos diretamente relacionados à produção e/ou à prestação de serviços, como mão-de-obra, materiais e serviços de terceiros, que concorrem para a geração das receitas.
Lucro Bruto	Por lucro bruto entende-se o valor que a operação da empresa gera após deduzir-se da receita líquida os custos de vendas. Esse valor deve ser suficiente para cobrir as despesas da empresa e gerar retorno aos sócios.
EBITDA	O EBITDA (<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>) – resultado antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações – representa a geração operacional de caixa da empresa, isto é, o quanto a empresa consegue gerar de recursos apenas em suas atividades operacionais e, por isso, também é chamado de resultado operacional.
Resultado Financeiro	É a diferença entre as despesas financeiras da empresa, que podem ser provenientes de encargos incorridos sobre empréstimos, descontos de duplicatas, variação cambial, entre outras operações, e ganhos obtidos, por exemplo, no mercado financeiro. Não é um resultado ligado diretamente à operação da empresa.
Resultado Não Operacional	É a diferença entre ganhos e despesas referentes a fatos não ligados diretamente à operação da empresa, como aluguéis, venda de um imóvel ou ativo imobilizado, entre outras.
Resultado Líquido	Trata-se de resultado final da empresa, depois de contabilizadas todas as transações e eventos econômico-financeiros ocorridos no exercício/ período.

Grupo Virgolino de Oliveira

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado com o objetivo primordial de demonstrar – nos termos da Lei n. 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falência – as bases financeiras, operacionais e estratégicas em direção à desejada superação, pelas Recuperadas, da sua crise, de forma a preservar e maximizar sua função social, seja como entidades geradoras de bens e recursos, seja como provedoras de empregos e tributos, resguardando também os interesses da comunidade de credores.

Neste sentido, a presente análise sumária sintetiza, observa e relata a capacidade financeira das Empresas a partir de informações disponibilizadas exclusivamente pelas Recuperadas, não sendo neste momento factíveis de verificação por esta Perita. Confiamos, portanto, na qualidade, completude, rigorosidade e precisão de tais informações¹.

Cabe ressaltar ainda que o relatório leva em consideração outras variáveis de cunho não apenas micro, mas também macroeconômico.

¹ Tendo em vista a presunção de boa-fé e correção por parte das Recuperadas, especialmente por tratar-se de ato que é processado em juízo, submetido, portanto, ao ministério do Poder Judiciário, eis que os relatórios mensais são elaborados por esta Administradora Judicial a partir de informações fornecidas pelas Recuperadas, de modo que estas devem estar cientes de que têm exclusiva responsabilidade pela higidez, correção técnica e veracidade da documentação disponibilizada. Assim, esta auxiliar do juízo não hesitará em adotar as medidas cabíveis caso constatare qualquer indício de fraude na concepção da documentação que serve de base à elaboração dos relatórios mensais.

Com base nos dados que aqui serão apresentados, analisaremos a capacidade das Empresas, no presente momento e contexto, de honrar seus compromissos, tendo em vista o processo de Recuperação Judicial, em especial em face de seus credores.

A partir do mês de agosto/2023, o Grupo Virgolino de Oliveira passou a disponibilizar demonstrações financeiras combinadas, refletindo, portanto, a situação patrimonial e financeira combinada das empresas que o integram, assim como o resultado combinado de suas operações.

O atual relatório retrata as informações disponibilizadas, pelas Recuperadas, no período de **janeiro/2024 a dezembro/2024**.

Todos os dados contidos neste relatório estão expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado.

2. Do cenário econômico e da situação das Empresas

O objetivo deste tópico é abordar as principais informações sobre a economia, as principais projeções, bem como a situação setorial específica das Recuperadas, visando, assim, uma melhor compreensão.

Na sequência, apresentaremos um resumo da situação combinada das Recuperadas².

² Detalhado pelas próprias Recuperandas.

2.1. Aspectos conjunturais e contexto setorial

A atividade empresarial³ é organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços e, como atividade econômica está sujeita a diversos riscos – internos e externos – que podem levar uma empresa a situação de crise financeira.

Neste sentido, além da análise econômico-financeira baseada nas demonstrações contábeis disponibilizadas pelas Recuperandas, importa trazer à evidência uma breve análise da conjuntura econômica na qual estas se inserem.

Segundo o relatório Focus do Banco Central, divulgado na data de 07/04/2025, estima-se que o PIB brasileiro crescerá 1,97% neste ano, sendo que para o próximo exercício a expectativa é de 1,60%.

A previsão para o câmbio⁴ está em R\$ 5,90/US\$ para o fim deste ano. Para o ano de 2026, os investidores estimam que o câmbio fique em R\$ 5,99/US\$ – informação também relevante, haja vista que várias empresas estão sujeitas à sua variação, afetando assim o seu resultado.

Outra informação importante para aquelas que exportam seus produtos ao resto do mundo diz respeito à Balança Comercial. A expectativa de superávit para 2025 é de US\$ 75,00 bilhões. Em relação ao ano de 2026, a expectativa também é de superávit, que deve alcançar US\$ 79,51 bilhões.

³ Negrão, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 5 ed. rev. – São Paulo, 2014.

⁴ Objetivando maior precisão nas projeções realizadas, o BC anunciou em janeiro/2021 que a projeção anual da moeda norte-americana passou a ser calculada a partir da média para a taxa no mês de dezembro e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano.

Em relação à taxa básica de juros (Selic), o mercado financeiro estima que esta deve encerrar 2025 em 15,00%. Para o ano de 2026, o mercado espera que a taxa de juros fique em 12,50%.

De acordo com as projeções do mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se mantém em 5,65%, enquanto, para 2026, a projeção é de 4,50%.

Setorialmente, verificam-se diferentes impactos – dada a especificidade de cada um dos segmentos econômicos de atuação.

De acordo com a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Única), na segunda quinzena de janeiro/2025, a moagem de cana-de-açúcar na região Centro-Sul totalizou 614,16 milhões de toneladas, enquanto na comparação com o mesmo período do último ciclo agrícola, a moagem foi de 646,02 milhões de toneladas.

No acumulado da safra, a qualidade da matéria-prima – mensurada em quilogramas de ATR por tonelada de cana-de-açúcar – registrou aumento de 1,25% na comparação ao do último ciclo na mesma posição, atingindo 141,27 Kg de ATR por tonelada.

Desde o início da safra, a fabricação do adoçante totalizou 39,8 milhões de toneladas, o que representa uma diminuição de 5,52% (42,13 milhões de toneladas) em relação ao ciclo anterior.

A fabricação de biocombustível totalizou 33,19 bilhões de litros no atual ciclo agrícola, sendo 21,11 bilhões de etanol hidratado e 12,08 bilhões de anidro.

No que concerne à produção de etanol de milho e, segundo o diretor de inteligência setorial da Única, Luciano Rodrigues, o volume observado (6,78 bilhões de litros) já

é superior ao volume registrado em toda a safra 2023/2024, sendo esta 31,23% superior a igual período do ano passado.

Considerando a segunda quinzena de janeiro/2025, as unidades produtoras da região Centro-Sul processaram 239,37 mil toneladas, cerca de 66,28% abaixo da moagem (709,8 mil) da safra 2023/2024. De acordo com Rodrigues, *a moagem nesse período é praticamente desprezível diante da quantidade de cana-de-açúcar do Centro-Sul*, pois o setor está na entressafra da região. O processamento de cana deve ser restabelecido em meados de março, explicou.

Por outro lado, e conforme as ponderações feitas pelo diretor, as vendas de etanol no mercado interno na segunda quinzena de janeiro surpreenderam, superando 1 bilhão de litros pela primeira vez nessa safra e ainda foi o maior valor quinzenal registrado desde julho de 2019. A explicação para tanto, conforme Rodrigues, é como segue:

A despeito da retração na moagem, a oferta de etanol cresceu devido ao aumento na produção de etanol a partir do milho, ao mix de produção mais alcooleiro nas usinas de cana, ao estoque de passagem mais elevado no início do ciclo 2024/25 e a redução nas exportações do biocombustível, permitindo um avanço significativo nas vendas no mercado interno.

2.2. Da situação das Recuperadas

Em seus Relatórios Operacionais, as Recuperadas apresentam dados referentes ao desempenho de suas atividades, bem como sua visão a respeito de sua atual situação. Nesse sentido e, segundo as Recuperadas, durante a safra 2024/25, as operações se processaram como segue:



A Recuperanda Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool – Em Recuperação Judicial, está operando na forma de tolling, ou "tolling" em inglês, é um processo em que uma empresa terceiriza a produção de produtos, enquanto mantém o controle sobre as matérias-primas. Essa prática é comum em indústrias como a de químicos, farmacêuticos e alimentos.

Basicamente, uma empresa fornece os insumos necessários para a fabricação e contrata outra empresa para realizar o processo produtivo.

O toller (empresa que realiza a operação) não possui a propriedade dos produtos processados, que pertencem à empresa contratante. Isso permite que a empresa contratante otimize sua produção sem investir em infraestrutura própria.

As unidades operacionais do GVO (Itapira, Jose Bonifácio e Monções) não estão em operação, na segunda quinzena de abril de 2024 a unidade de Ariranha, iniciou suas atividades da safra 2024/2025 na forma de Tolling e terminou a safra na segunda quinzena de outubro, a falta de chuvas teve um impacto significativo na safra de cana-de-açúcar. As condições climáticas adversas resultaram em uma quebra na produtividade, comprometendo o crescimento saudável das plantas. Com a diminuição da umidade no solo, muitas lavouras enfrentaram dificuldades, levando a uma colheita inferior ao esperado.

Além dos efeitos diretos sobre a quantidade de cana produzida, essa escassez hídrica também pode impactar a qualidade do produto final, afetando o teor de açúcar e, consequentemente, os preços. Os produtores estão agora avaliando as melhores estratégias para mitigar esses efeitos e garantir a sustentabilidade de suas operações no futuro. A expectativa é de que as chuvas voltem a regularizar a situação, mas os efeitos da falta de água já estão sendo sentidos e demandam atenção especial.



No que concerne às operações relacionadas à safra 2025/26, a Recuperanda informa o seguinte:

Em um novo capítulo de sua história, a Virgolino de Oliveira anuncia o fim da parceria de Tolling com o Grupo Itajobi. A partir da safra 2025/2026, a empresa assume total controle sobre suas operações, com o objetivo de otimizar seus processos e aumentar sua competitividade no mercado. Essa decisão estratégica permitirá à Virgolino de Oliveira implementar novas tecnologias e expandir sua atuação em diferentes segmentos do setor sucroenergético.

3. Criação das Unidades Produtivas Isoladas (UPI's)

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), aprovado em 30 de janeiro de 2023, foram criadas oito (8) Unidades Produtivas Isoladas (UPI's) como segue:

1. Usinas

Foram constituídas as seguintes sociedades: UPI Usina Catanduva Ltda., UPI Usina Itapira Ltda., UPI Usina Jose Bonifácio Ltda., e UPI Usina Monções Ltda., todas elas tendo como atividade principal o comércio atacadista de máquinas e equipamentos industriais. Referidas sociedades se destinam a receber aporte de capital relativo aos bens operacionais dos seguintes parques industriais: “Usina Catanduva”, “Usina Itapira”, “Usina Jose Bonifácio”, e “Usina Monções”.

2. Imóveis

Foram constituídas as seguintes sociedades: UPI Terras Parte I Ltda., UPI Terras Parte II Ltda., UPI Imóveis Ltda., e UPI Imóveis Urbanos Ltda., todas tendo como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destinam a receber aportes de capital relativo a bens imóveis.

Em julho/2024, referidas UPIs tiveram seu capital social aumentado – até então o capital de cada uma das entidades totalizava R\$ \$ 1.000,00 (um mil reais) – mediante conferência de bens integrantes dos ativos imobilizados de propriedade da Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool, Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. e Agropecuária Terras Novas S.A. Os bens conferidos em aumento de capital foram avaliados a seus valores contábeis. Os aportes de capital podem ser resumidos como segue:

Entidade	Contribuição de capital (jul/2024) R\$ mil
UPI Usina Catanduva Ltda.	238.642
UPI Usina Itapira Ltda.	124.127
UPI Usina José Bonifácio Ltda.	269.299
UPI Usina Monções Ltda.	210.742
UPI Terras Parte I Ltda.	216.117
UPI Terras Parte II Ltda.	6.190
UPI Imóveis Urbanos Ltda.	627
TOTAL	1.065.744

A administração e diretoria das Recuperandas compete à Sra. Carmen Aparecida Ruete de Oliveira e ao Sr. Virgolino de Oliveira Filho, ambos com mandato até 30 de abril de 2025, e como diretor de operações, o Sr Marcos Roberto dos Santos, por tempo indeterminado.

4. Visão geral das Recuperadas

Neste tópico será apresentada a composição societária das Empresas, assim como eventuais alterações no que diz respeito às participações societárias. Não menos importante, também relacionaremos os estabelecimentos e filiais (quando houver),

com breve descritivo da atividade desenvolvida em cada um, quando segmentada ou diferenciada.

4.1. Grupo Virgolino de Oliveira

A sede do Grupo Virgolino de Oliveira (GVO) se localiza na cidade de Santa Adélia, a aproximadamente 371 Km da capital do Estado.

01 - I	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	03/05/1949
CNPJ	49.911.589/0001-79
Inscrição Estadual	374.004.926.118
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	33.398.858,90

02 - III	AGROPECUÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMOS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DO CARMO S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	19/05/1982
CNPJ	50.031.780/0001-05
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	F SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	N/A
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000



Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	30.526.805,33

03 - V	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	30/09/2004
CNPJ	07.020.561/0001-00
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
CNAE Secundários	68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios
	68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis
	68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios
	68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária
	68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis
	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
Capital Social (R\$)	77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
	114.401.414,00

04 - VI	AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.792/0001-83
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	158.470.124,21

05 - VIII	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Nome Fantasia	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.787/0001-70
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	790.793.270,29

06 - X	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	15/02/2017
CNPJ	27.119.194/0001-03
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	Ariranha
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
CNAE Principal	35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
CNAE Secundários	35.30-1-00 - Produção e distribuição de vapor, água quente e ar-condicionado
Capital Social (R\$)	26.380.323,00

07 - XI	USINA CATANDUVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
---------	-------------------------------------



Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	USINA CATANDUVA S A ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	USINA CATANDUVA
Data de Abertura	03/09/1966
CNPJ	44.330.983/0001-08
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	2.255.622,16

08 - XII	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Nome Fantasia	R.O. SERVICOS AGRICOLAS
Data de Abertura	08/05/2008
CNPJ	09.575.642/0001-93
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
CNAE Secundários	01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
Capital Social (R\$)	100.000,00

De acordo com os autos, foram citadas filiais:

- Da Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool, CNPJ 49.911.589/0004-11
- Da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CNPJ 50.031.780/0132-74
- Da Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, CNPJ 07.024.792/0002-64



- Da Agropecuária Terras Novas S/A, CNPJ 07.024.787/0043-20

Os Produtores Rurais seguem caracterizados abaixo:

09 - XIII	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.935/0001-62
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ PALMEIRAS SAO JOAQUIM
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

10 - XIV	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.973/0001-15
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CERCADO GRANDE
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00



Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	14/11/2006
CNPJ	08.447.511/0001-68
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	SIT SAO FRANCISCO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - Produtor Rural (Pessoa Física)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

4.2. Da composição societária

A Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool tem como acionistas a Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, com participação de 61,78% do seu capital, sendo o restante de propriedade de pessoas físicas. A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, a Usina Catanduva S.A e a RO Serviços Agropecuários S/A têm como acionistas pessoas físicas. As demais empresas do Grupo têm seu capital social majoritariamente detido, direta ou indiretamente, pela Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool, exceto a UPI Imóveis Ltda., cujas quotas do capital são integralmente detidas pela Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A.

4.3. Da estrutura organizacional

As Recuperadas mantêm a seguinte estrutura organizacional:

Período	VO Açúcar Álcool	Agropec Nossa Sra. Do Carmo	Açucareira VO	Agropec Terras Novas	Total GVO
---------	---------------------	-----------------------------------	------------------	-------------------------	--------------

	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Jan/24	115	137	22	47	321
Fev/24	197	186	22	45	450
Mar/24	244	191	22	47	504
Abr/24	310	194	37	47	588
Mai/24	336	192	38	47	613
Jun/24	337	190	37	45	609
Jul/24	367	189	37	45	638
Ago/24	367	189	37	45	638
Set/24	417	187	37	45	686
Out/24	417	187	37	45	686
Nov/24	268	152	36	45	501
Dez/24	232	146	35	46	459

O Grupo encerra o ano de 2024 com quatrocentos e cinquenta e nove (459) postos de trabalho em sua folha de pagamento.

5. Informações Econômicas e Contábeis

De acordo com o Pronunciamento 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

[...] as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Tendo em vista o fato de que as Recuperadas passaram a disponibilizar suas demonstrações contábeis de forma combinada a partir de agosto/2023, toda a situação patrimonial e financeira individual das empresas que compõem o Grupo até o mês de julho/2023, assim como o resultado individual das operações de cada empresa, poderão ser encontrados no Relatório Mensal de Atividades (RMA) de julho/2023.

Cabe ressaltar que o exercício social do GVO tem início no mês de maio de cada ano⁵.

Todos os dados extraídos das demonstrações contábeis do Grupo estão sendo apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

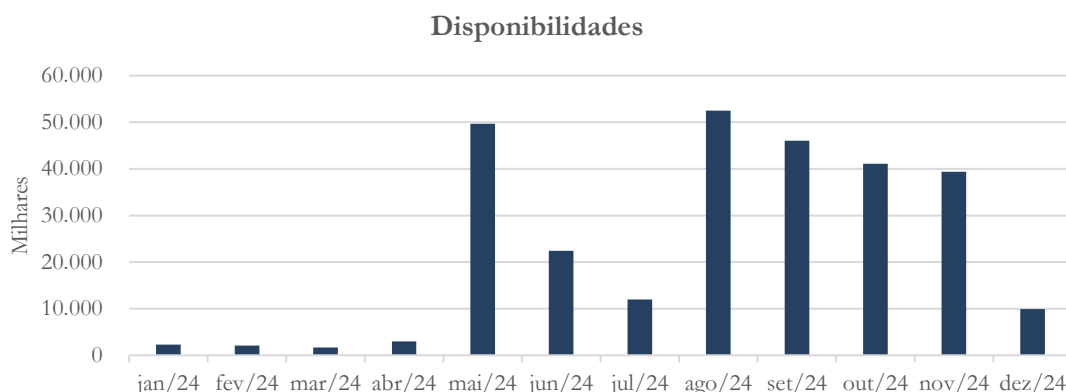
5.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, como demonstração contábil, tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente – em uma determinada data – a posição patrimonial e financeira de uma empresa.

5.1.1. Disponibilidades

⁵ Com exceção aos proprietários rurais, cujo exercício social coincide com o ano fiscal.

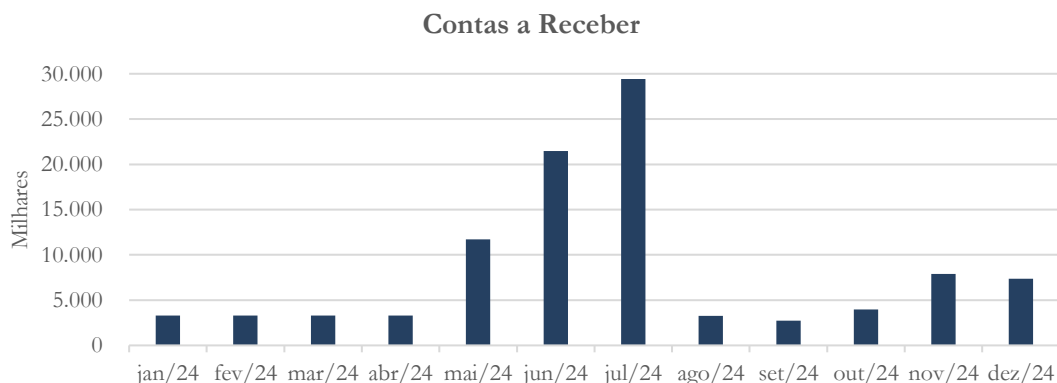
Gráfico 1



O saldo da conta disponível passou de R\$ 41,1 milhões, em outubro/2024, para R\$ 39,3 milhões no mês de novembro/2024. Em dezembro/2024 se reduz a R\$ 9,9 milhões, uma contração de 25,68%, portanto.

5.1.2. Contas a Receber

Gráfico 2



Em novembro/2024, o Grupo registrava saldo de R\$ 7,9 milhões relacionado a suas contas a receber, o qual se reduziu a R\$ 7,3 milhões em dezembro/2024.

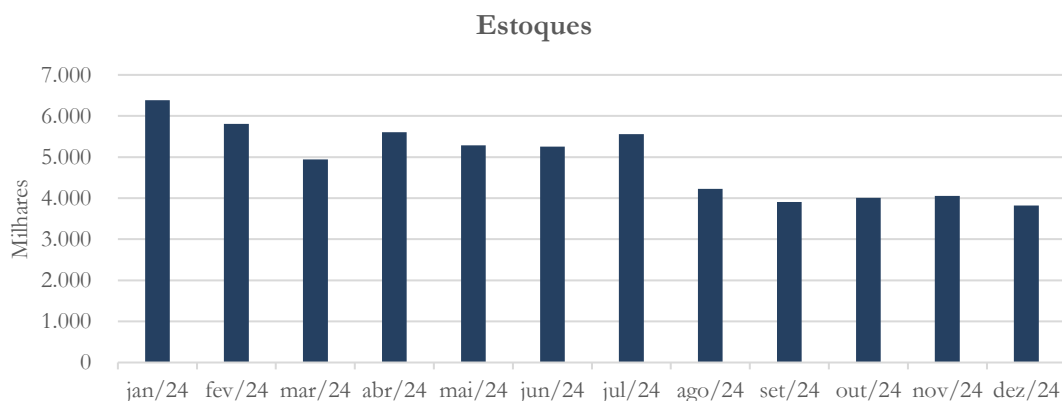


As Recuperadas relataram que vêm auferindo receitas decorrentes de operações de *tolling* – como descrito na Seção 2.2 deste relatório –, as quais totalizaram R\$ 11,1 milhões em setembro/2024 e R\$ 10,8 milhões em agosto/2024. Solicitamos fosse esclarecida em que contas são registradas as receitas e custos decorrentes dessas operações e se os recebíveis delas decorrentes vêm sendo tempestivamente embolsados.

As Recuperandas indicaram que as receitas de *tolling* são reconhecidas na conta 62101006 (outras receitas operacionais). No que se refere ao recebimento dos valores em aberto, as Empresas indicaram que estes foram realizados na forma de adiantamentos recebidos de clientes (os quais são registrados no grupo de “outras contas a pagar”, no passivo).

5.1.3. Estoques

Gráfico 3



No primeiro semestre de 2024, os estoques do Grupo apresentaram saldo médio da ordem de R\$ 5,5 milhões. No segundo semestre houve redução, mantendo-se este ativo no patamar de R\$ 4,3 milhões (em dezembro/2024, o saldo de estoques era de

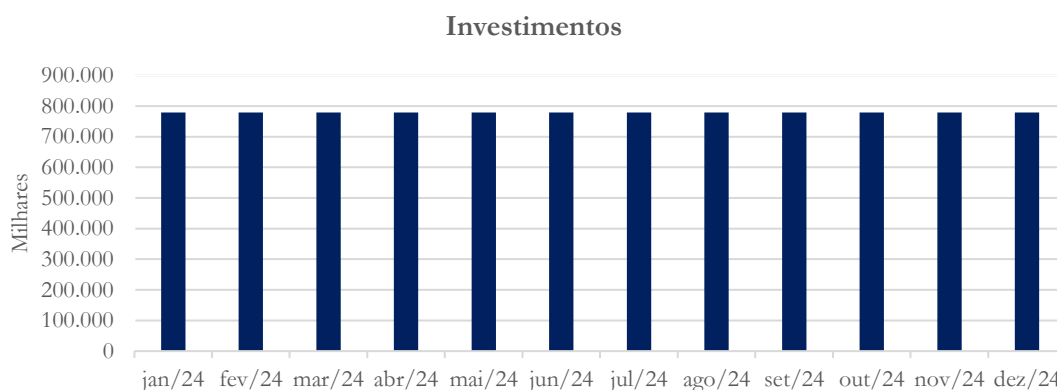
R\$ 3,8 milhões). Consoante o relatado pelas Recuperandas, os estoques são compostos por insumos agrícolas e materiais em almoxarifado.

5.1.4. Ativo Biológico

As Empresas não apresentam, em seu balanço patrimonial, quaisquer valores relacionados a ativos biológicos.

5.1.5. Investimentos

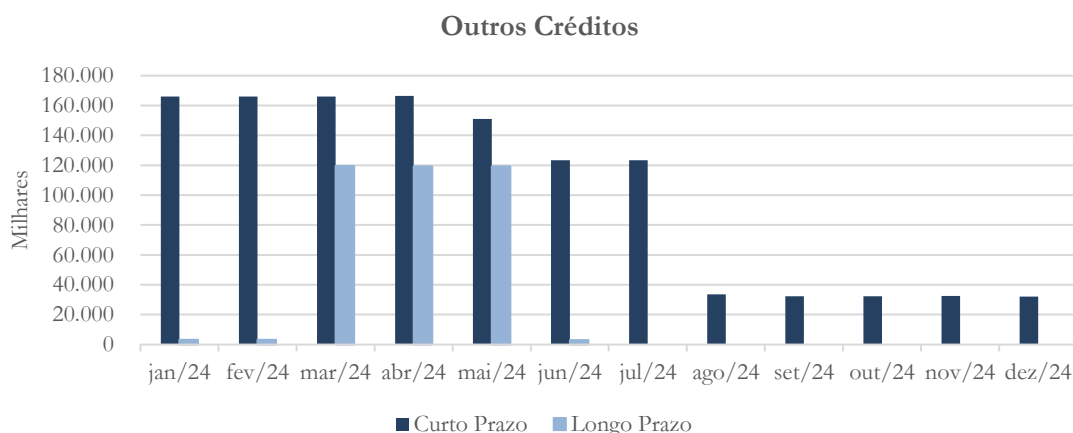
Gráfico 4



Os investimentos mantiveram saldo constante ao longo do ano de 2024, e se compõem, essencialmente, por ágio na subscrição do capital social de Agropecuária Terras Novas S/A, o qual totaliza R\$ 760,2 milhões.

5.1.6. Outros Créditos

Gráfico 5



Como se pode observar no gráfico acima, os outros créditos registrados nas demonstrações contábeis das Recuperandas apresentam redução ao longo do período, tendo chegado a R\$ 35,3 milhões em dezembro/2024.

De acordo com as Recuperandas, a categoria outros créditos diz respeito a direitos creditórios contra a União Federal, os quais encontram-se *representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.*

De acordo com o relatado pelas Recuperandas, durante o mês de agosto/2024 foram recebidos R\$ 90 milhões advindos de liberações de recursos no âmbito do processo. Estes recursos foram utilizados para pagamentos de compromissos relacionados ao

plano de recuperação judicial, conforme sumariado na tabela abaixo ⁶ (valores expressos em reais):

Período	Classe I	Classe III	Classe IV	Extra Concursal	Total Geral
Jun/2024	30.460.373,62	635.972,50	236.315,02	3.000.000,00	34.332.661,14
Jul/2024	2.836.071,01	441.991,18	160.798,25	1.312.190,00	4.751.050,44
Ago/2024	3.700.704,29	26.839.985,63	115.798,25	15.656.095,00	46.312.583,17
Set/2024	1.378.169,85	186.230,69	99.542,70	656.095,00	2.320.038,24
Out/2024	2.067.353,64	443.494,68	105.000,00	1.012.713,66	3.628.561,98
Total	40.442.672,41	28.547.674,68	717.454,22	21.637.093,66	91.344.894,97

5.1.7. Imobilizado

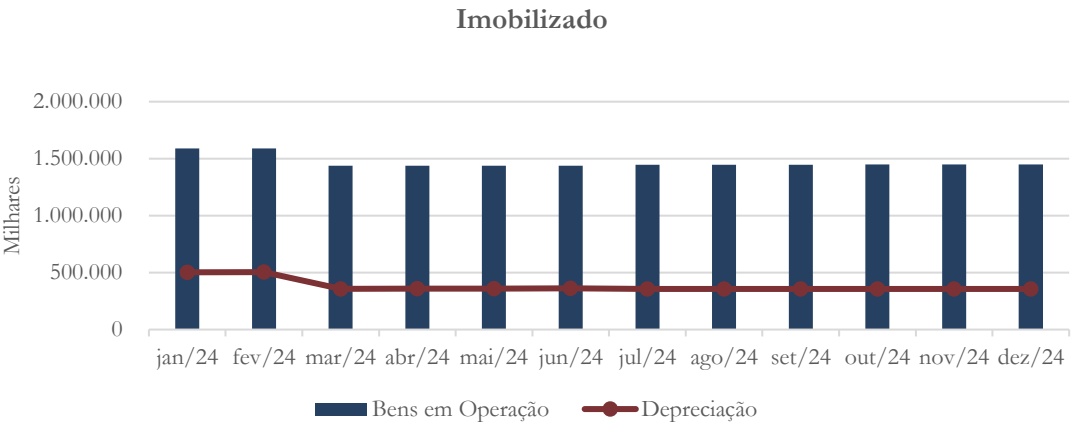
A Lei n. 11.101/05 – que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária – em seu art. 66, aponta que:

Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não circulante, inclusive para os fins previstos no art. 67 desta Lei, salvo mediante autorização do juiz, depois de ouvido o Comitê de Credores, se houver, com exceção daqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial.

A evolução do saldo do imobilizado ao longo do período de doze (12) meses findo em dezembro/2024 é ilustrada no gráfico a seguir:

⁶ Informação preparada pelas Recuperandas, sujeita a futura fiscalização por parte desta auxiliar do juízo.

Gráfico 6



Os bens em operação registraram aumento de 0,04% no mês de novembro/2024 sobre o mês anterior, atingindo saldo de R\$ 1.448,6 milhões. Em dezembro/2024, observa-se novo aumento, na casa de 0,03%, finalizando com saldo de R\$ 1.449,1 milhões. As depreciações acumuladas totalizavam R\$ 357,4 milhões em dezembro/2024, saldo praticamente constante ao longo de todo o ano de 2024.

Os saldos mensais das contas que compõem o imobilizado durante o período compreendido entre julho/2024 e dezembro/2024 podem ser resumidos como segue:

Composição do Imobilizado	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
Lavouras de cana-de-açúcar	0	0	0	0	0	0
Terrenos e propriedades	4.631	237.139	232.890	252.890	252.890	252.890
Edifícios e benfeitorias	1.611	92.185	92.185	92.185	92.185	92.185
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	74	382.011	382.132	383.145	383.455	383.639
Móveis e utensílios	18	9.182	9.182	9.186	9.189	9.190
Obras em andamento	95	15.812	15.916	16.047	16.243	16.353
Mais valia - Ganho de capital de bens	15.751	692.215	676.464	676.464	676.464	676.464
Outras imobilizações	1.545	18.288	18.201	18.201	18.234	18.414
Total	23.724	1.446.833	1.426.970	1.448.119	1.448.661	1.449.139

Como se pode observar no quadro acima, a composição do imobilizado consolidado em julho/2024, fornecida pelas Recuperandas, difere do apresentado nas suas

demonstrações contábeis. Solicitamos que fosse esclarecida esta divergência e as Recuperandas informaram o quanto segue:

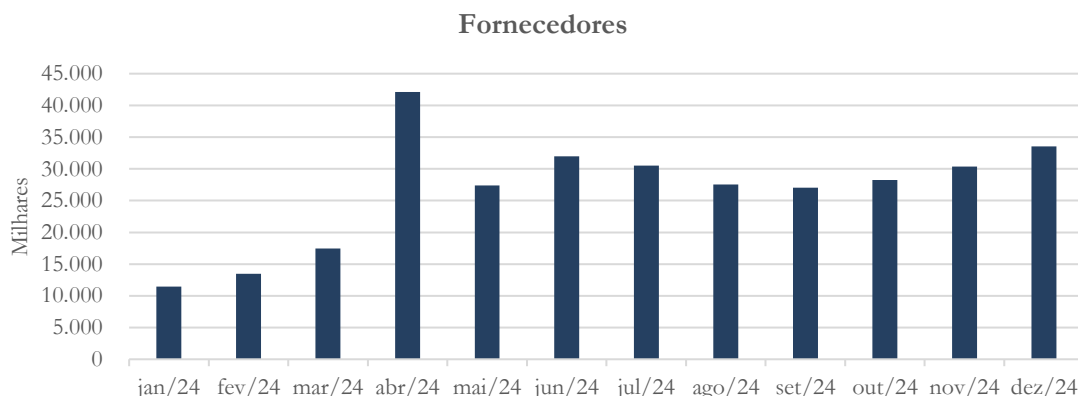
Em observância ao plano de Recuperação Judicial, as Unidades Produtivas Isoladas (UPIs) foram constituídas e os respectivos ativos integralizados durante o mês de julho de 2024. O montante do imobilizado apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado encontra-se correto. No entanto, na abertura inicial, houve uma falha na totalização dos ativos imobilizados que compuseram as UPIs, a qual foi devidamente corrigida no mês subsequente, agosto de 2024.

No mês de março/2024, as Recuperadas baixaram o valor de R\$ 153,9 milhões da conta de lavouras de cana-de-açúcar, assim como o saldo de depreciações acumuladas correspondente, no valor de R\$ 148,2 milhões. Posteriormente, ainda em março/2024, nova baixa foi realizada, tendo sido zerado o saldo de lavouras, com efeito líquido de baixa no valor de R\$ 780,0 mil.

No que concerne ao saldo da conta “mais valia – ganho de capital de bens”, que totaliza R\$ 676,5 milhões em outubro/2024, as Recuperandas apresentaram esclarecimentos previamente indicando que se trata de avaliações dos bens das Empresas para fins de preparação das UPI's, como aprovadas no Plano de Recuperação Judicial.

5.1.8. Fornecedores

Gráfico 7



Os valores a pagar a fornecedores apresentam aumentos em novembro/2024 e dezembro/2024, encerrando o período no montante de R\$ 33,6 milhões. Considerando-se todo o ano de 2024, esta conta manteve saldo médio de R\$ 26,8 milhões.

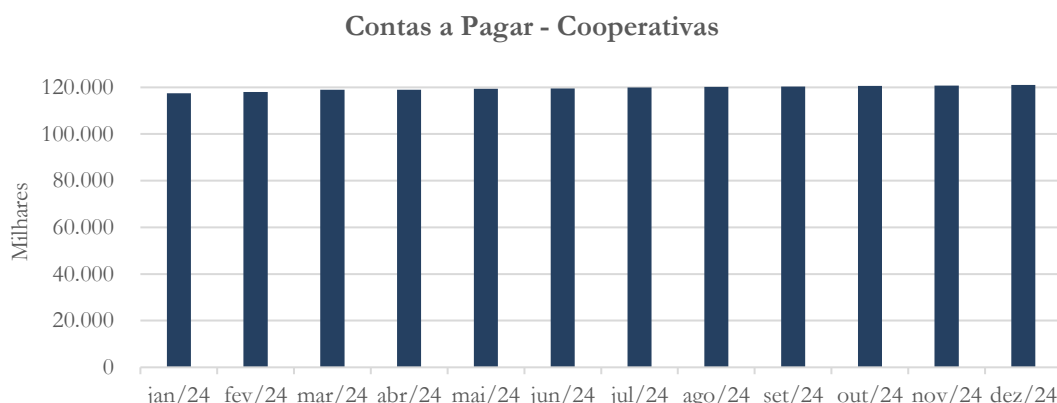
A conta fornecedores registrou aumento expressivo de março/2024 para abril/2024, passando de R\$ 17,5 milhões para R\$ 42,1 milhões. Tendo em vista o fato de não se ter registrado operações de vendas nesse período, e não ter havido incremento relevante dos saldos de estoques nesse ínterim, solicitamos nos fossem fornecidos esclarecimentos sobre os aumentos observados nesta conta no período.

A Recuperanda esclareceu o quanto segue:

Em abril de 2024, a variação de 24,6 milhões refere-se principalmente ao valor de R\$ 22.000.000,00 do credor, BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. Esse valor foi erroneamente classificado como fornecedores durante a troca de sistema, quando deveria ter sido alocado em "outras contas a pagar". A regularização do saldo foi efetuada em maio de 2024.

5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas

Gráfico 8



Em dezembro/2024, o saldo totaliza R\$ 121,0 milhões, valor similar àqueles contabilizados nos meses anteriores.

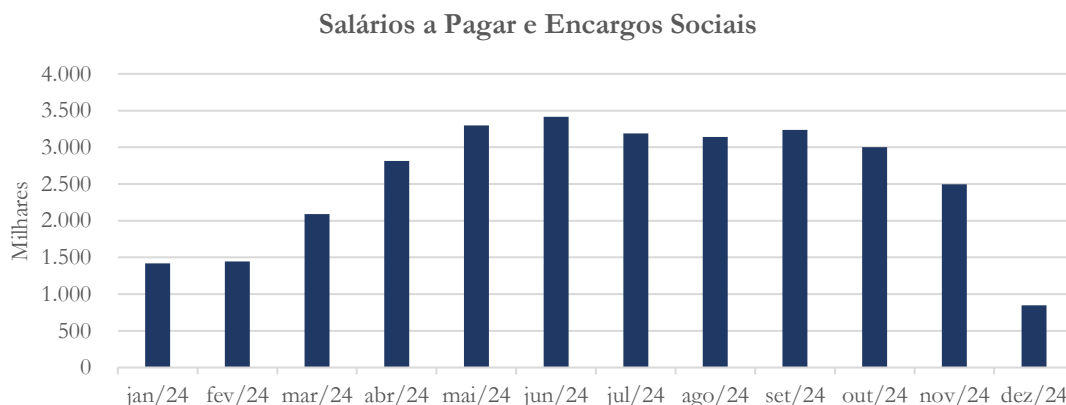
Conforme relatado pelas Recuperandas, os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o Grupo atuou como cooperado junto à Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

5.1.10. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos totalizam R\$ 48,9 milhões em dezembro/2024, valor praticamente idêntico àqueles registrados nos meses de outubro/2024 e novembro/2024, e estão apresentados integralmente no passivo circulante.

5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

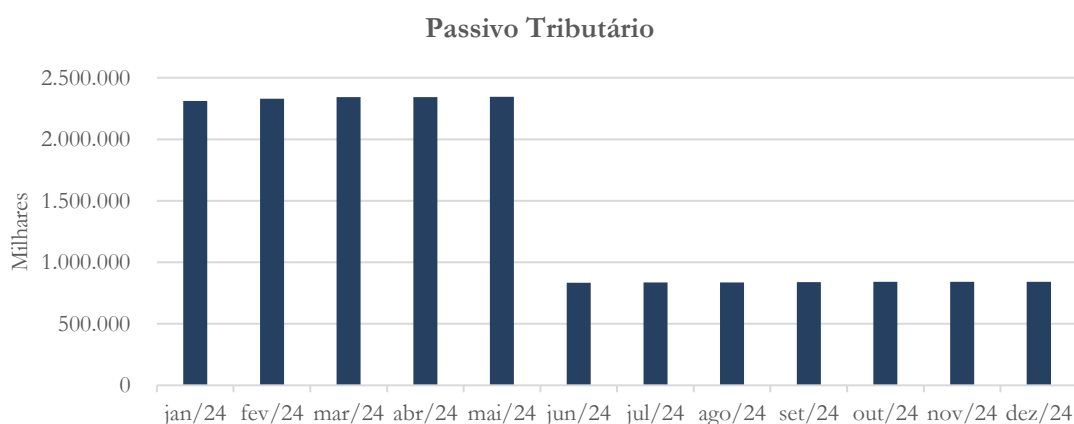
Gráfico 9



As obrigações sociais e trabalhistas apresentaram redução a partir do mês de junho/2024, quando totalizavam R\$ 3,4 milhões. O saldo de referidas obrigações totalizou R\$ 846 mil em dezembro/2024.

5.1.12. Passivo Tributário

Gráfico 10



Como se pode observar no gráfico acima, as Recuperandas registraram substancial redução dos passivos tributários no mês de junho/2024, quando o saldo devido totalizava R\$ 834,1 milhões, em comparação a R\$ 2,3 bilhões registrados no mês precedente. Desde então, os saldos se mantiveram no patamar de junho/2024, encerrando dezembro/2024 no valor de R\$ 842,6 milhões.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos saldos mensais de impostos e contribuições a recolher, no período compreendido entre julho/2024 e dezembro/2024:

Passivo Tributário	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
Tributos federais	11.545	12.627	13.211	13.712	14.179	14.669
Tributos estaduais	707.524	706.058	706.089	706.098	706.109	706.073
Previdenciário	11.526	12.368	13.118	13.860	14.422	15.229
Tributos municipais	6.923	6.959	7.006	7.089	7.145	7.245
Outros	41.176	41.176	41.176	41.176	41.176	41.176
FGTS	58.192	58.190	58.193	58.222	58.195	58.169
Total	836.886	837.377	838.793	840.157	841.225	842.560

A partir de junho/2024, as Recuperadas passaram a registrar, no passivo circulante, obrigações relacionadas a tributos parcelados. Este passivo totalizava R\$ 212,1 milhões em novembro/2024, fechando dezembro/2024 no montante de R\$ 215,1 milhões.

Conforme solicitação de esclarecimentos, a principal razão para redução do saldo das obrigações tributárias entre maio/2024 e junho/2024 se refere a verbas de natureza previdenciária, parcialmente compensadas com o registro de parcelamentos de impostos. Neste sentido, as Recuperadas relatam o que segue:

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos nos dias 19 e 20 de junho de FGTS,



Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “Termo de Transação Individual” entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024. A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Solicitamos às Recuperadas que complementassem informações sobre as movimentações observadas nos saldos de seu passivo tributário entre maio/2024 e junho/2024, ao que as Empresas acrescentaram:

Em junho de 2024, foi deferido o acordo de transação com a PGFN para débitos previdenciários e demais débitos. Após a regularização dos saldos, foram concedidos descontos previstos em lei, incluindo a utilização de créditos fiscais de prejuízos e base negativa.

No balanço patrimonial de junho de 2024, constavam R\$ 834.111 em "Impostos e Contribuições a Recolher" e R\$ 216.177 em "Impostos Parcelados".

Na rubrica de impostos parcelados, R\$ 116.540 referem-se ao acordo de transação e R\$ 99.637 a parcelamentos de FGTS.

Os pagamentos realizados a título de entrada foram:

- Débitos previdenciários: R\$ 27.580.799,02*
- Demais débitos: R\$ 13.567.975,47*

O demonstrativo da PGFN com os detalhes do acordo segue abaixo.

Demonstrativo de Consolidação de "débitos previdenciários"



Demonstrativo	Principal	Multa/Juros/Encargos	Total
Total sem reduções (A)	347.504.695,16	416.733.942,64	764.238.637,80
Descontos previstos em lei (B)	0,00	411.925.946,65	411.925.946,65
Utilização de créditos (C)	243.253.286,61	3.365.597,17	246.618.883,78
Total com reduções (A - C - B)	104.251.408,54	1.442.398,78	105.693.807,32

Demonstrativo de Consolidação de "demais débitos"

Demonstrativo	Principal	Multa/Juros/Encargos	Total
Total sem reduções (A)	150.188.908,76	252.948.281,60	403.137.190,36
Descontos previstos em lei (B)	0,00	229.822.053,77	229.822.053,77
Utilização de créditos (C)	105.132.236,12	16.188.359,46	121.320.595,58
Total com reduções (A - C - B)	45.056.672,63	6.937.868,33	51.994.540,96

As Recuperadas ainda relataram o quanto segue:

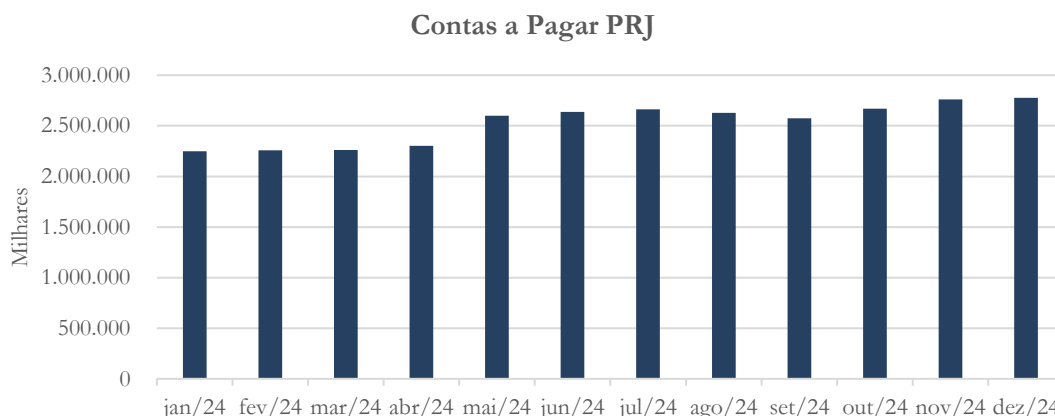
Em 19 de Abril de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado o ICMS em 24 meses, a parcela inicial foi paga dia 29/04/2024.

Em 07 de Maio de 2024, foi firmado junto a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a recuperanda Agropecuária Nossa Senhora do Carmo SA no qual foi parcelado os débitos não tributário em 36 meses, a parcela inicial foi paga dia 31/07/2024.

A companhia está pleiteando junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Estado de São Paulo e com os Municípios de Ariranha, Itapira, José Bonifácio e Monções, todos no Estado de São Paulo, para negociar o passivo tributário.

5.1.13. Contas a Pagar – PRJ

Gráfico 11

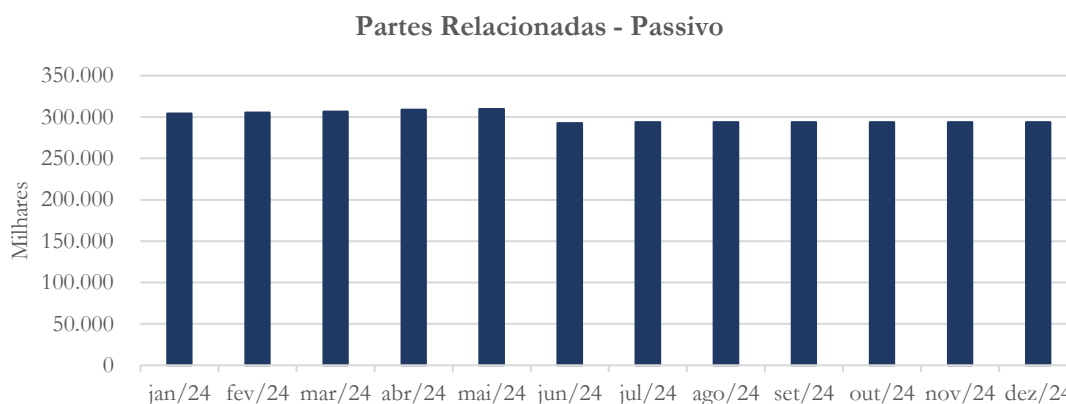


O saldo da conta "Contas a Pagar PRJ" apresentou um aumento de 3,96% nos últimos dois meses do período analisado, totalizando R\$ 2.760,2 milhões em novembro/2024 e R\$ 2.776,0 milhões em dezembro/2024.

Conforme se pode observar a partir da análise do gráfico acima, houve aumento relevante deste saldo no período sob análise. Em março/2024, o saldo total era de R\$ 2,26 bilhões e fecha o mês de junho/2024 no valor de R\$ 2,63 bilhões.

5.1.14. Partes Relacionadas

Gráfico 12



Os saldos de valores a pagar a partes relacionadas se mantiveram inalterados entre outubro/2024 e dezembro/2024, no valor de R\$ 293,8 milhões.

O saldo remanescente de transações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis combinadas preparadas pelo Grupo se referem a transações com pessoas físicas, dentre elas sócios das empresas que compõem o Grupo. Como se pode observar no gráfico acima, houve redução dos valores a pagar a partir de maio/2024, data em que os valores devidos ascendiam a R\$ 309,7 milhões. Solicitamos às Recuperadas que esclarecessem sobre as razões para referida redução. Conforme relatado pelas Recuperandas, o decréscimo se deu em decorrência do acordo de transação junto à PGFN (referido anteriormente neste relatório), tendo sido transferida parte da dívida para a Virgolino de Oliveira S/A.

5.2. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), como relatório contábil é confeccionada junto com o Balanço Patrimonial e oferece uma síntese econômica das

atividades operacionais e não operacionais de uma empresa, permitindo visualizar, assim, se ela está gerando lucro ou prejuízo em um determinado período.

5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas

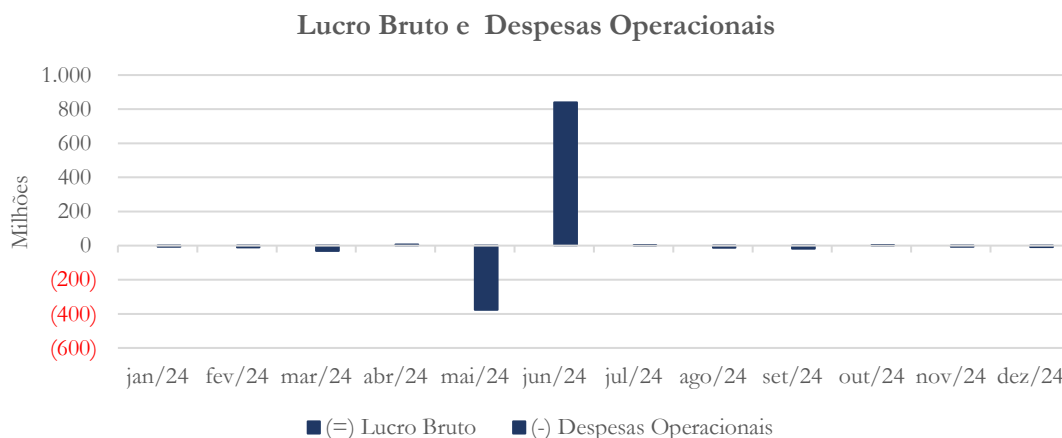
O Grupo não registrou receita de vendas e deduções durante o ano de 2024.

5.2.2. Custo de Vendas

O Grupo não apresentou qualquer movimentação ou registro de custo de vendas durante todo o período em análise.

5.2.3. Lucro Bruto e Despesas Operacionais

Gráfico 13



Considerando a ausência de registro de receitas e custos de vendas, conforme descrito anteriormente, não houve apuração de lucro bruto ao longo do ano de 2024.

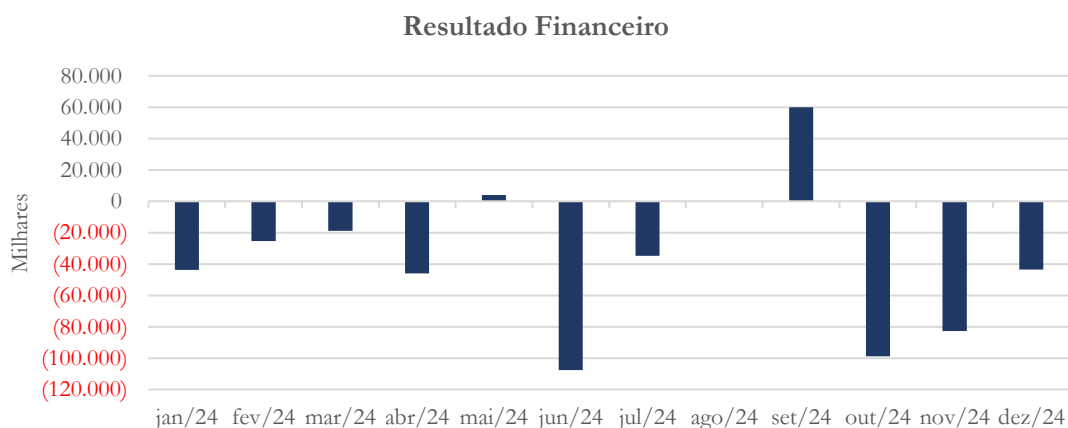
As despesas operacionais (gerais e administrativas) apresentaram aumento, passando de R\$ 4,7 milhões em novembro/2024 para R\$ 6,5 milhões em dezembro/2024, totalizando R\$ 67,4 milhões nos oito (8) primeiros meses do exercício social 2024/25.

As Recuperandas registraram no grupo de despesas operacionais ganhos que superaram suas despesas. Referidos ganhos, líquidos de despesas, totalizaram R\$ 488,9 milhões no período de maio/2024 a dezembro/2024.

Esses ganhos foram registrados principalmente em conta intitulada “receitas/despesas plano de recuperação judicial”, a título de outras receitas operacionais. As Recuperandas esclareceram que os ganhos se concentram em maio/2024, se referindo a ajustes de saldos junto a credores concursais e parcelamento tributário junto à PGFN. Dada a relevância dos efeitos ora citados, reiteramos nossa solicitação às Recuperadas para que nos apresentem sua composição, por natureza e com os respectivos valores apurados.

5.2.4. Resultado Financeiro

Gráfico 14



As Recuperandas registraram despesas financeiras líquidas nos oito (8) primeiros meses do exercício 2024/25 no valor total de R\$ 304,1 milhões.

Como se pode observar no gráfico acima, as despesas financeiras apresentam relevante aumento entre maio/2024 e junho/2024, atingindo nesse mês R\$ 107,4 milhões. Em setembro/2024 as Recuperadas apuraram receitas financeiras líquidas no montante de R\$ 60,0 milhões e em outubro/2024, despesas financeiras líquidas no montante de R\$ 98,9 milhões. Dada a relevância desses efeitos, solicitamos às Recuperadas que esclarecessem as razões para tanto. As Recuperandas apresentaram as seguintes informações:

O valor de R\$ 107,4 milhões apresentado no DRE de junho refere-se à variação cambial, resultante da valorização do dólar (de R\$ 5,2416 em 31 de maio de 2024 para R\$ 5,5589 em 30 de junho de 2024).

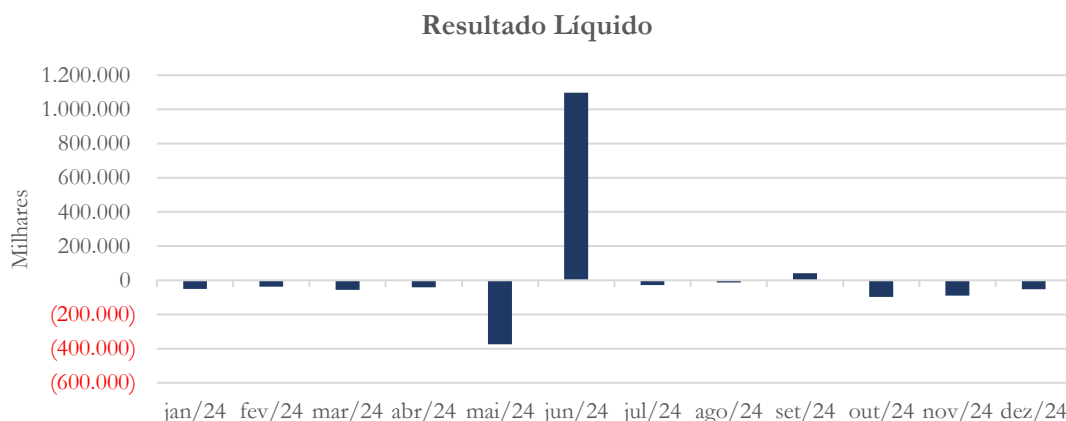
Em setembro de 2024, as receitas financeiras totalizaram R\$ 60,0 milhões, substancialmente representado pela rubrica, “Variações Cambiais, Líquidas”, impulsionadas pela variação cambial (de R\$ 5,6562 em 31 de agosto de 2024 para R\$ 5,4481 em 30 de setembro de 2024).

Em outubro de 2024, as despesas financeiras somaram R\$ 98,9 milhões, substancialmente representado pela rubrica, “Variações Cambiais, Líquidas”, também influenciadas pela variação cambial (de R\$ 5,4481 em 30 de setembro de 2024 para R\$ 5,7779 em 31 de outubro de 2024).

As variações cambiais mencionadas acima referem-se a dívidas da empresa com credores em moeda estrangeira, e seu impacto nos resultados financeiros pode ser, como positivo, negativo.

5.2.5. Resultado Líquido

Gráfico 15



Refletindo os fatos acima expostos, nos oito (8) primeiros meses do exercício social 2024/25, as Recuperandas registraram lucro líquido no montante de R\$ 485,7 milhões (em novembro/2024 e dezembro/2024 apuraram prejuízos líquidos nos valores, respectivamente, de R\$ 90,1 milhões e R\$ 51,7 milhões).

5.3. Demonstrativo do Fluxo de Caixa

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 03 R2), a demonstração dos fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis parâmetro a respeito da capacidade de uma empresa gerar ou não caixa e equivalentes de caixa, bem como o uso destes recursos. Nesse sentido e, segundo Sérgio Adriano⁷:

⁷ Adriano, Sérgio. *Manual dos pronunciamentos contábeis comentados*, 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2018:217.



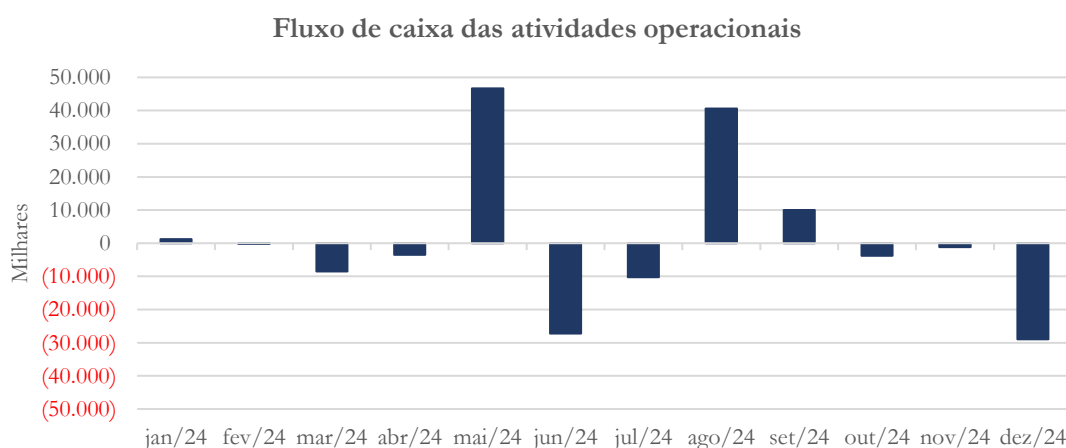
A DFC informa as entradas em dinheiro e as saídas em dinheiro de uma empresa em atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no período contábil, que somada ao saldo inicial de caixa mais equivalente de caixa resulta no saldo final de caixa mais o equivalente de caixa.

A DFC compreende os fluxos de caixa gerados ou utilizados nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, as quais apresentaremos abaixo.

5.3.1. Atividades Operacionais

Decorrente da atividade operacional, o montante do fluxo de caixa demonstrará se as operações realizadas por uma empresa são suficientes para manter sua capacidade operacional, amortizar dívidas, fazer face a novos investimentos e remunerar os acionistas, mediante pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Gráfico 16



O fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais do Grupo registra geração de recursos no montante de R\$ 14,9 milhões no período de doze (12) meses findo em

dezembro/2024 (R\$ 25,9 milhões nos primeiros oito meses do exercício social 2024/25, iniciado em maio/2024).

A demonstração de fluxos de caixa de julho/2024 incluía ganhos de capital na avaliação de bens de capital, que somavam R\$ 1,1 bilhões. Tendo em vista a magnitude deste valor e a natureza da transação, solicitamos às Recuperandas esclarecimentos sobre o ocorrido.

As Recuperandas esclareceram o quanto segue:

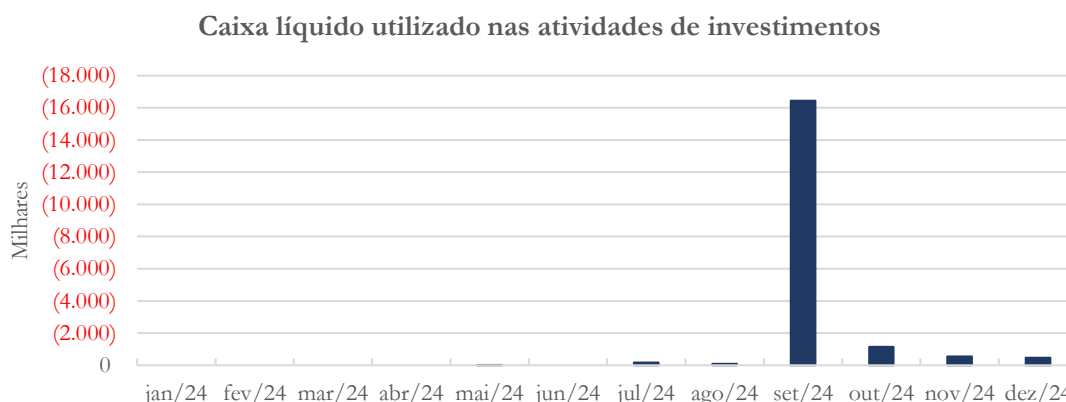
Na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) consolidada, os valores de baixa de imobilizados e aquisição de ativos foram apresentados incorretamente. Ao invés de serem apresentados de forma líquida, os valores foram somados, incluindo as transações entre empresas do grupo que foram integralizadas em UPIs. O quadro abaixo demonstra a correção necessária.

Desta forma, os dados expostos no gráfico acima já levam em consideração os ajustes necessários efetuados.

5.3.2. Atividades de Investimento

O fluxo advindo dessas atividades representa os gastos com despesas de capital ou ganhos gerados por atividades de investimento, visando o patrimônio de longo prazo, isto é, o negócio em funcionamento.

Gráfico 17



O fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento do Grupo demonstra ter havido aplicação de recursos no montante de R\$ 18,9 milhões no período de doze (12) meses findo em dezembro/2024 (R\$ 18,9 milhões nos primeiros oito meses do exercício social 2024/25, iniciado em maio/2024).

O Grupo relatava ter aplicado recursos na aquisição de ativo imobilizado e tratos culturais no mês de julho/2024, no montante de R\$ 1,1 bilhões. Conforme acima aclarado pelas Recuperandas, este montante fora incluído equivocadamente na demonstração de fluxo de caixa. Os dados utilizados neste relatório levam em conta os valores ajustados.

5.3.3. Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento representa principalmente as captações e amortizações de dívidas.

Nos meses analisados, o Grupo não utilizou ou gerou recursos em suas atividades de financiamento.

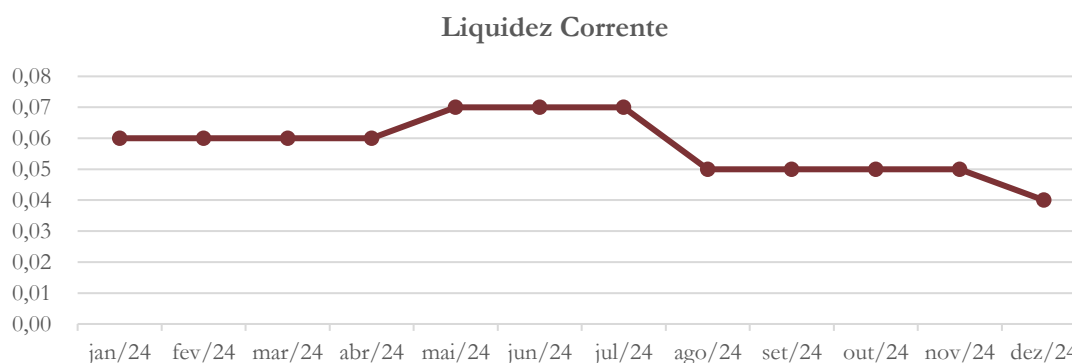
5.4. Índices e Indicadores

Os índices e indicadores são resultados obtidos através da análise contábil de uma empresa, os quais fornecem informações relevantes a respeito das operações realizadas, possibilitando uma melhor avaliação, via fórmulas matemáticas, na averiguação das demonstrações contábeis.

5.4.1. Liquidez Corrente

A liquidez corrente⁸ – obtida através da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante – tem como objetivo demonstrar se a empresa tem condições financeiras de honrar suas obrigações imediatas, ou seja, aquelas de curto prazo.

Gráfico 18



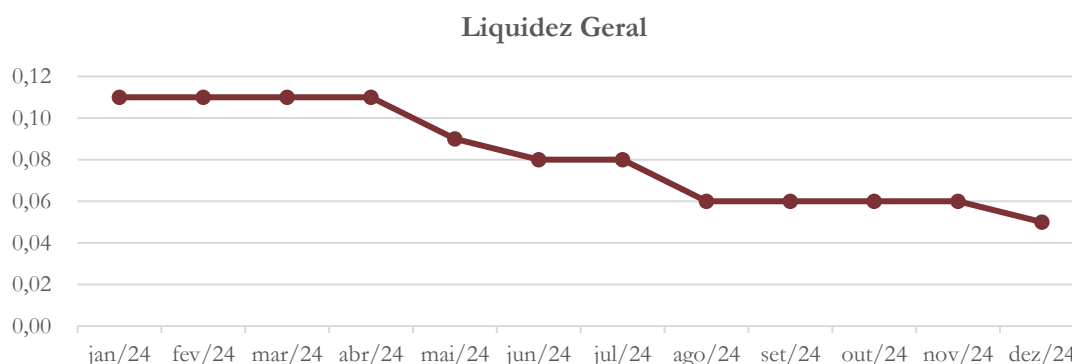
No mês de dezembro/2024, o Grupo dispunha de R\$ 0,04 de ativos correntes para honrar cada R\$ 1,00 de passivos de curto prazo contabilizados.

⁸ Quanto maior for o índice encontrado, melhor é a situação de liquidez da empresa.

5.4.2. Liquidez Geral

Este índice objetiva comparar a capacidade de uma empresa a curto e a longo prazos⁹. Neste sentido, quando o resultado deste indicador for menor que 1, em tese, a empresa estaria com problemas financeiros e, consequentemente, apresentaria dificuldades em cumprir suas obrigações.

Gráfico 19



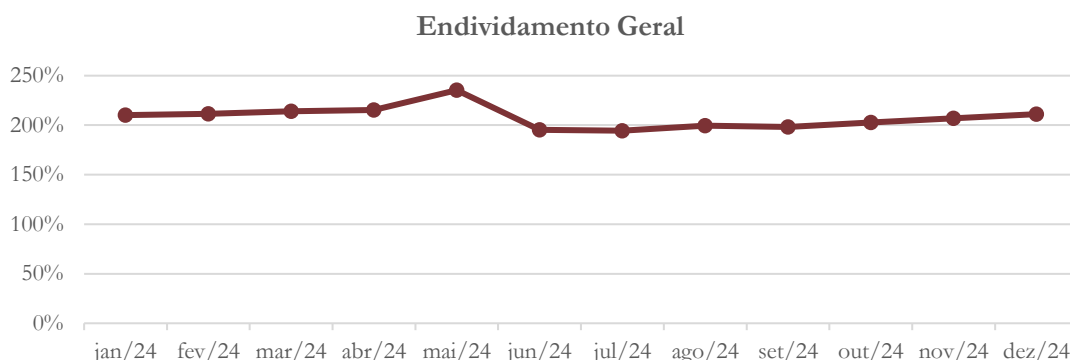
Este índice apresenta redução a partir de maio/2024. Em dezembro/2024, as Recuperadas dispunham de R\$ 0,05 de ativos correntes e não correntes para cada R\$ 1,00 de passivos de curto e longo prazos.

5.4.3. Endividamento

O objetivo deste índice é verificar o percentual de capital de terceiros que uma empresa utiliza num período sob análise. Neste sentido, quanto mais elevado for o índice, maior o grau de endividamento no andamento de suas atividades.

⁹ Calcula-se a liquidez geral através da soma do ativo circulante e realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.

Gráfico 20



Conforme o gráfico acima, a Recuperanda apresenta alta participação de capital de terceiros na sua operação. Os seus passivos totais representam, aproximadamente, o dobro de seus ativos totais.

6. Considerações finais

Em julho/2024 foi completado o processo de aumento de capital das UPIs anteriormente constituídas pelo Grupo, mediante contribuição de bens do ativo imobilizado de certas Recuperandas. As contribuições correspondem aos valores contábeis até então registrados pelas empresas que procederam às integralizações.

O Grupo não apresenta atividades operacionais nos primeiros oito (8) meses de seu exercício social (2024/25), que se inicia em maio de cada ano. Seu resultado se compõe essencialmente de ganhos líquidos relacionados principalmente ao processo recuperacional e decorrentes de transações celebradas junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os quais alcançaram, aproximadamente, R\$ 488,9 milhões no período. As demais despesas operacionais somaram R\$ 67,4 milhões.



As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 304,1 milhões no período de maio/2024 a dezembro/2024. As Recuperandas também registraram despesas com depreciações no valor de R\$ 1,2 milhões e créditos com a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 367,1 milhões no mesmo período.

Todos os efeitos considerados resultaram na apuração de lucro líquido no montante de R\$ 485,7 milhões nos oito (8) primeiros meses do exercício social 2024/25, iniciado em maio/2024.

Cabe menção ao fato de que, comparativamente a outubro/2024, nota-se redução dos ativos de curto prazo, primordialmente decorrente da diminuição das disponibilidades, que passaram de R\$ 41,1 milhões naquela data para R\$ 9,9 milhões em dezembro/2024. Já em relação aos passivos, não se observam variações de elevado montante.

Por fim, no tocante aos índices econômico-financeiros, não se verificam alterações relevantes, sinalizando ainda forte restrição de liquidez e elevado endividamento, o qual corresponde a, aproximadamente, o dobro dos ativos totais do Grupo.

No mais, continuaremos acompanhando!

7. Acompanhamento processual

Recuperação Judicial

Processo n. 1000626-29.2021.8.26.0531

28/05/2021	• Pedido de Recuperação Judicial
08/06/2021	• Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial
30/06/2021	• Edital do Artigo 52, § 1º da Lei 11.101/2005.
10/08/2021	• Plano de Recuperação Judicial
06/10/2021	• Edital do Artigo 53 da Lei 11.101/2005.
09/11/2021	• Edital do Artigo 7º da Lei 11.101/2005.
11/07/2022	• PRJ consolidado
11/07/2022	• Aprovação do PRJ
08/12/2022	• Homologação do PRJ
21/11/2024	• Edital do certame judicial – UPI Monções
02/12/2024	• Edital do certame judicial – UPI José Bonifácio
24/01/2025	• Edital do certame judicial – UPI Imóveis
18/03/2025	• Novo PRJ
21/03/2025	• Edital de nova AGC – art. 36 LRF

Para verificação do andamento processual acesse o site: www.r4cempresarial.com.br

8. Anexos

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras em
30 de novembro de 2024

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

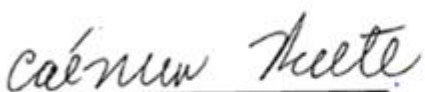
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2024.

Ariranha (SP), 23 de dezembro de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	30/11/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		39.381
Contas a Receber	3	7.902
Estoques	4	4.057
Impostos a Recuperar	5	82.890
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		27.625
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	32.479
Total do ativo circulante		194.334
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		29.606
Outros Créditos	6	3.160
Ativo Fiscal Diferido		15.303
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		48.069
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.448.661
Depreciação Acumulada		(357.348)
Direito de Uso		46
		<u>1.870.302</u>
Total do ativo não circulante		1.918.371
Total do ativo		2.112.705

PASSIVO

Circulante	Nota	30/11/2024
Fornecedores		30.370
Empréstimos e Financiamentos		48.859
Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	2.497
Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	11	841.225
Impostos parcelados		212.170
Outras Contas a Pagar		21.327
Contas a Pagar PRJ	12	2.760.223
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		3.969.403
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	10	68.135
Provisão para Contingências	13	41.734
Passivo Fiscal Diferido		616
Partes Relacionadas - Passivo	14	293.863
Impostos e Contribuições a Recolher		311
Provisão para perdas em investimentos	7	-
Total do passivo não circulante		404.659
Capital Social	15	57.733
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.336.805)
Total do patrimônio líquido		(2.261.357)
Total do passivo		4.374.062
Total do passivo e patrimônio líquido		2.112.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	30/11/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(4.726)	(60.917)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(2.614)	490.535
Total das despesas operacionais		(7.341)	429.618
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(7.341)	429.618
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(18)	1.191
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(7.359)	430.808
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		14	154
Despesas Financeiras		(901)	(11.582)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(81.827)	(249.026)
Resultado financeiro líquido		(82.714)	(260.454)
IRPJ / CSLL - Diferido		-	367.074
Lucro (prejuízo) do período		(90.073)	537.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	30/11/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(90.073)	537.428
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(90.073)	537.428

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido
Exercícios societários de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.233)	(2.807.838)
Integralização de capital	9.053				9.053
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	537.428	537.428
Em 30 de novembro de 2024	<u>57.733</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.336.805)</u>	<u>(2.261.357)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	30/11/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(90.073)	537.428
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	18	(1.191)
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	0	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	1.073.000
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	430	2.250
	(89.625)	1.611.487
Variação nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	(3.915)	(4.618)
Estoques	(51)	1.551
Adiantamentos a fornecedores	(57)	(894)
Outros créditos	616	370.693
Ativos e passivos fiscais diferidos	0	866
Fornecedores	2.104	(11.988)
Salários e encargos sociais	(504)	(319)
Depósitos Judiciais	-	12
Impostos e contribuições a recolher	1.062	(1.289.863)
Outras contas a pagar	(1.242)	(9.048)
Contas a Pagar PRJ	90.412	458.662
Partes relacionadas	(0)	(15.024)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.199)	1.111.517
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(1.082.595)	(1.084.149)
Integralização de capital e investida	1.082.052	9.053
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(543)	(1.075.096)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1.742)	36.421
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	39.373	39.373
No início do período	41.114	2.952
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1.742)	36.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 2,00 (Dois reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.075/24-0 de 19 de julho de 2024;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS URBANOS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 626.696,00 (Seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.503/24-5 de 30 de novembro de 2024;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE I LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 216.117.015,00 (Duzentos e dezesseis milhões, cento e dezessete mil e quinze reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.502/24-1 de 30 de novembro de 2024;

- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE II LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 6.190.496,00 (Seis milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.458/24-4 de 19 de julho de 2024;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA CATANDUVA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 238.642.188,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.083/24-8 de 22 de julho de 2024;
- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA ITAPIRA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 124.127.671,00

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

(Cento e vinte e quatro milhões, cento e vinte sete mil, seiscentos e setenta e um reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 284.283/24-1 de 24 de julho de 2024;

- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
 Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 269.299.127,00 (Duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.459/24-8 de 19 de julho de 2024, e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
 Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA MONÇÕES LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 210.742.394,00 (Duzentos e dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.095/24-0 de 19 de julho de 2024.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, a parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 13 de março de 2024, foi deferido e reestabelecido o Plano de Recuperação Judicial.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos da 1ª Parcela nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024, a 2ª Parcela do “ Termo de Transação Individual “, vencerá em 30/06/2025.

A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

A situação atual das empresas: As unidades operacionais do GVO (Itapira, Jose Bonifácio e Monções) não estão em operação, na segunda quinzena de Abril de 2024 a unidade de Ariranha, iniciou suas atividades da safra 2024/2025 na forma de Tolling e terminou a safra na segunda quinzena de outubro de 2024.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) **Metodologia de avaliação**

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) **Taxa de desconto**

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) **Visão geral de mercado**

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o

montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

5 Impostos a recuperar

	30/11/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	60.003
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15.116
Outros	7.771
	<u>82.890</u>

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	30/11/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	31.616
Empréstimos compulsórios	2.816
Demais contas a receber	1.208
	<u>35.639</u>
 Ativo circulante	 32.479
Ativo não circulante	<u>3.160</u>
	<u>35.639</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	30/11/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuária Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	<u>778.943</u>

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída *(estão sendo apresentados em Reais – R\$)* conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430	(1.430)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	894	(894)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316	(316)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.241	(94.241)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	282	(282)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230	(230)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26	(26)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26	(26)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	87	(87)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas IPC90	87	(87)
Banco Bradesco S.A.	285	(285)
Banco Fenícia S.A.	2	(2)
Banco Nacional S.A.	3.344	(3.344)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000	(50.000)
Embraer S.A.	13.446	(13.446)
Condecrer S.A.	25.177	(25.177)
FISSET PESCA SUDEPE	654	(654)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.656	(47.656)
Fundo de Investimentos Setoriais FISSET - PESCA	14.455	(14.455)
Hospital São Domingos S.A.	2.491	(2.491)
Pagrisa Pastoral Agrícola S.A.	1.222	(1.222)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057	(3.057)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.328	(19.328)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.125	(1.125)
Cooperativa de Mococa	582	(582)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119	(1.119)
	281.562	(281.562)

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	0	252.890	252.890
Edifícios e benfeitorias	92.185	(54.976)	37.208	37.222
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	383.455	(277.034)	106.421	106.111
Móveis e utensílios	9.189	(7.713)	1.476	1.474
Obras em andamento	16.243	-	16.243	16.047
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	676.464	676.464
Outras imobilizações	18.234	(17.624)	610	581
	1.448.661	(357.348)	1.091.313	1.090.789

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas / Reclassif.	Saldo em
	31/10/2024	Adições	Depreciações		30/11/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	-	0	-	252.890
Edifícios e benfeitorias	37.222	-	(14)	-	37.208
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	106.111	310	-	-	106.421
Móveis e utensílios	1.474	2	-	-	1.476
Obras em andamento	16.047	196	-	-	16.243
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	-	-	676.464
Outras imobilizações	581	34	(5)	-	610
	1.090.789	543	(18)	-	1.091.313

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	11.189	(8.955)	2.234	2.248
Outras imobilizações	8.880	(8.783)	97	99
	20.069	(17.739)	2.331	2.347

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas/ Reclassif.	Saldo em
	31/10/2024	Adições	Depreciações		30/11/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	2.248	-	(14)	-	2.234
Outras imobilizações	99	-	(2)	-	97
	2.347	-	(16)	-	2.331

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	108	(74)	33	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.518	-	1.518	1.208
Móveis e utensílios	26	(1)	25	23
Obras em andamento	431	-	431	235
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	367	-	367	333
	2.450	(75)	2.375	1.832

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas	Saldo em
	31/10/2024	Adições	Depreciações		30/11/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	33	-	-	-	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.208	310	-	-	1.518
Móveis e utensílios	23	2	-	-	25
Obras em andamento	235	196	-	-	431
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	333	34	-	-	367
	1.832	543	-	-	2.375

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
	-	-	-	-

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	0	4.075	4.075
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	8.862	(8.753)	110	113
	26.608	(22.053)	4.555	4.558

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	-	0	-	4.075
Edifícios e benfeitorias	276	-	(0)	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	113	-	(3)	-	110
	4.558	-	(3)	-	4.555

Na UPI Usina Catanduva Ltda

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	16.771	-	16.771	16.771
Edifícios e benfeitorias	11.606	(4.995)	6.611	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	36.948	(30.063)	6.884	6.884
Móveis e utensílios	4.953	(3.967)	986	986
Obras em andamento	7.357	-	7.357	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	215.483	215.483
Outras imobilizações	125	(89)	37	37
	293.243	(39.114)	254.129	254.129

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2024
Terrenos e propriedades	16.771	-	-	-	16.771
Edifícios e benfeitorias	6.611	-	-	-	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6.884	-	-	-	6.884
Móveis e utensílios	986	-	-	-	986
Obras em andamento	7.357	-	-	-	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	-	-	215.483
Outras imobilizações	37	-	-	-	37
	254.129	-	-	-	254.129

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina Itapira Ltda

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	820	-	820	820
Edifícios e benfeitorias	7.759	(5.911)	1.848	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	24.315	(18.463)	5.852	5.852
Móveis e utensílios	1.446	(1.094)	352	352
Obras em andamento	5.419	-	5.419	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	110.657	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	(0)	(0)
	150.416	(25.468)	124.948	124.948

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/10/2024	Adições	Depreciações	Baixas	30/11/2024
Terrenos e propriedades	820	-	-	-	820
Edifícios e benfeitorias	1.848	-	-	-	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5.852	-	-	-	5.852
Móveis e utensílios	352	-	-	-	352
Obras em andamento	5.419	-	-	-	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	-	-	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	-	-	(0)
	124.948	-	-	-	124.948

Na UPI Usina José Bonifácio Ltda

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	2.980	-	2.980	2.980
Edifícios e benfeitorias	29.366	(15.183)	14.184	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	183.268	(132.920)	50.348	50.348
Móveis e utensílios	1.462	(1.413)	48	48
Obras em andamento	2.462	-	2.462	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	199.277	199.277
Outras imobilizações	0	-	0	0
	418.815	(149.516)	269.299	269.299

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/10/2024				30/11/2024
Terrenos e propriedades	2.980	-	-	-	2.980
Edifícios e benfeitorias	14.184	-	-	-	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	50.348	-	-	-	50.348
Móveis e utensílios	48	-	-	-	48
Obras em andamento	2.462	-	-	-	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	-	-	199.277
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	269.299	-	-	-	269.299

Na UPI Usina Monções Ltda

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	De preciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	5.936	-	5.936	5.936
Edifícios e benfeitorias	17.954	(6.558)	11.396	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	137.407	(95.588)	41.819	41.819
Móveis e utensílios	1.302	(1.238)	64	64
Obras em andamento	480	-	480	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	151.048	151.048
Outras imobilizações	0	-	0	0
	314.126	(103.384)	210.742	210.742

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/10/2024				30/11/2024
Terrenos e propriedades	5.936	-	-	-	5.936
Edifícios e benfeitorias	11.396	-	-	-	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	41.819	-	-	-	41.819
Móveis e utensílios	64	-	-	-	64
Obras em andamento	480	-	-	-	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	-	-	151.048
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	210.742	-	-	-	210.742

Na UPI Terras Parte I Ltda

Descrição	30/11/2024			31/10/2024
	Custo	De preciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	216.117	-	216.117	216.117
	216.117	-	216.117	216.117

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2024
Terrenos e propriedades	216.117	-	-	-	216.117
	216.117	-	-	-	216.117

Na UPI Terras Parte II Ltda

Descrição	Custo	30/11/2024 Depreciação acumulada	Líquido	31/10/2024 Líquido
Terrenos e propriedades	6.190	-	6.190	6.190
	6.190	-	6.190	6.190

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2024
Terrenos e propriedades	6.190	-	-	-	6.190
	6.190	-	-	-	6.190

Na UPI Imóveis Ltda

Descrição	Custo	30/11/2024 Depreciação acumulada	Líquido	31/10/2024 Líquido
Edifícios e benfeitorias	0	-	0	0
	0	-	0	0

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2024
Edifícios e benfeitorias	0	-	-	-	0
	0	-	-	-	0

Na UPI Imóveis Urbanos Ltda

Descrição	Custo	30/11/2024 Depreciação acumulada	Líquido	31/10/2024 Líquido
Edifícios e benfeitorias	627	-	627	627
	627	-	627	627

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2024
Edifícios e benfeitorias	627	-	-	-	627
	<u>627</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>627</u>

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	30/11/2024
Salários e honorários e encargos a pagar	1.245
Provisão de férias e encargos	913
Provisão para 13 salário e encargos	<u>339</u>
	<u>2.497</u>

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	30/11/2024
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dívidas de longo prazo	<u>(7.072)</u>
Total	<u>120.821</u>
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	<u>68.135</u>
	<u>120.821</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,65% % a.a.

A companhia está aguardando a posição dos saldos junto à cooperativa para realizar os ajustes necessários. Não recebemos esses relatórios desde maio de 2019.

11 Impostos e contribuições a recolher

	30/11/2024
Tributos Estaduais	747.285
Tributos Federais	22.043
Tributos Municipais	23.615
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	41.725
Tributos Sindicais	6.558
	<u>841.225</u>

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	30/11/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	256.060
Credores Classe II - Com garantias	250.924
Credores Classe III - Quirografários	2.219.487
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	13.306
Credores Extraconcursais	20.447
	<u>2.760.223</u>

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 41.734, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	30/11/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	186.730
Hermelindo Ruete de Oliveira	86.914
Virgolino de Oliveira Filho	20.219
	293.863

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação judicial	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	254.130	0,0000%	254.130	-
UPI Usina Itapira Ltda.	124.949	0,0000%	124.949	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	269.300	0,0000%	269.300	-
UPI Usina Monções Ltda.	210.743	0,0000%	210.743	-
UPI Terras Parte I Ltda.	216.118	3,8990%	207.691	8.427
UPI Terras Parte II Ltda.	6.191	0,0000%	6.191	-
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	628	99,9600%	0	627
	2.416.656		2.358.923	57.733

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

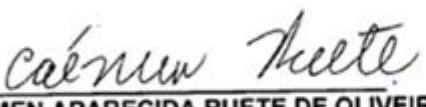
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>30/11/2024</u>
Despesas com pessoal	8.200
Serviços de terceiros	45.416
Taxas e tributos	1.154
Diversos	<u>6.148</u>
	<u>60.917</u>

18 Resultado financeiro

	<u>30/11/2024</u>
Receitas financeiras	
Outras operações	<u>154</u>
	154
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	<u>(11.582)</u>
	(11.582)
Variações cambiais liquidas	<u>(249.026)</u>
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	<u>-</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(260.454)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Relatório da administração

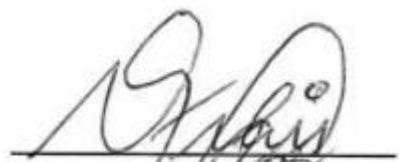
Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 8 (oito) meses findos em 31 de dezembro de 2024.

Ariranha (SP), 23 de janeiro de 2025.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.931
Contas a Receber	3	7.352
Estoques	4	3.817
Impostos a Recuperar	5	82.588
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		27.657
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	32.139
Total do ativo circulante		163.484
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		29.656
Outros Créditos	6	3.174
Ativo Fiscal Diferido		15.303
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		48.133
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.449.139
Depreciação Acumulada		(357.366)
Direito de Uso		46
		1.870.762
Total do ativo não circulante		1.918.895
Total do ativo		2.082.379

PASSIVO

Circulante	Nota	31/12/2024
Fornecedores		33.558
Empréstimos e Financiamentos		48.859
Salários a Pagar e Encargos Sociais	9	846
Contas a pagar - Cooperativa	10	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	11	842.560
Impostos parcelados		215.159
Outras Contas a Pagar		21.267
Contas a Pagar PRJ	12	2.776.028
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		3.991.009
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	10	68.363
Provisão para Contingências	13	41.353
Passivo Fiscal Diferido		616
Partes Relacionadas - Passivo	14	293.863
Impostos e Contribuições a Recolher		277
Provisão para perdas em investimentos	7	-
Total do passivo não circulante		404.471
Capital Social	15	57.733
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.388.549)
Total do patrimônio líquido		(2.313.102)
Total do passivo		4.395.480
Total do passivo e patrimônio líquido		2.082.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	31/12/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	16	-	-
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	-
Receita líquida de vendas		-	-
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	17	(6.473)	(67.391)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(1.607)	488.929
Total das despesas operacionais		(8.080)	421.538
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(8.080)	421.538
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(18)	1.173
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(8.098)	422.711
Resultado financeiro	18		
Receitas Financeiras		973	1.127
Despesas Financeiras		(3.410)	(14.991)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(41.210)	(290.237)
Resultado financeiro líquido		(43.647)	(304.101)
IRPJ / CSLL - Diferido		-	367.074
Lucro (prejuízo) do período		(51.744)	485.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	31/12/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(51.744)	485.684
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(51.744)	485.684

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 8 (oito) meses findos em 31 de dezembro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2024	48.680	7.519	10.196	(2.874.233)	(2.807.838)
Integralização de capital	9.053				9.053
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	485.684	485.684
Em 31 de dezembro de 2024	<u>57.733</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.388.549)</u>	<u>(2.313.102)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/12/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(51.744)	485.684
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	18	(1.173)
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	(0)	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	1.073.000
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	-	2.250
	(51.727)	1.559.760
Variação nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	550	(4.069)
Estoques	240	1.791
Adiantamentos a fornecedores	(32)	(926)
Outros créditos	579	371.272
Ativos e passivos fiscais diferidos	0	866
Fornecedores	3.192	(8.796)
Salários e encargos sociais	(1.651)	(1.970)
Depósitos Judiciais	-	12
Impostos e contribuições a recolher	4.324	(1.285.539)
Outras contas a pagar	(251)	(9.299)
Contas a Pagar PRJ	15.805	474.467
Partes relacionadas	0	(15.024)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(28.972)	1.082.545
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(1.082.530)	(1.084.626)
Integralização de capital e investida	1.082.052	9.053
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(478)	(1.075.574)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(29.450)	6.972
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	9.923	9.923
No início do período	39.373	2.952
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(29.450)	6.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 2,00 (Dois reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.075/24-0 de 19 de julho de 2024;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI IMÓVEIS URBANOS LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 626.696,00 (Seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.503/24-5 de 31 de dezembro de 2024;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE I LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 216.117.015,00 (Duzentos e dezesseis milhões, cento e dezessete mil e quinze reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 295.502/24-1 de 31 de dezembro de 2024;

- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI TERRAS PARTE II LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 6.190.496,00 (Seis milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e noventa e seis reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.458/24-4 de 19 de julho de 2024;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA CATANDUVA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 238.642.188,00 (Duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.083/24-8 de 22 de julho de 2024;
- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado. Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA ITAPIRA LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 124.127.671,00

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

(Cento e vinte e quatro milhões, cento e vinte sete mil, seiscentos e setenta e um reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 284.283/24-1 de 24 de julho de 2024;

- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
 Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA JOSÉ BONIFÁCIO LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 269.299.127,00 (Duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e vinte e sete reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 269.459/24-8 de 19 de julho de 2024, e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.
 Em 01 de julho de 2024, conforme “INSTRUMENTO PARTICULAR DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA - UPI USINA MONÇÕES LTDA”, recebeu um aporte de bens para o aumento de seu capital social no valor de R\$ 210.742.394,00 (Duzentos e dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais), conforme Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 282.095/24-0 de 19 de julho de 2024.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 8 (oito) meses findos em 31 de dezembro de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, a parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 13 de março de 2024, foi deferido e reestabelecido o Plano de Recuperação Judicial.

Em 17 de Junho de 2024, foram liberados recursos no montante de R\$ 58.086.573,31 (Cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), recursos utilizados para pagamentos da 1ª Parcela nos dias 19 e 20 de junho de FGTS, Contribuição Social LC 110/01, Demais Débitos Federais e Débitos Previdenciários, conforme o acordo de parcelamento tributário que foi firmado em 01 de fevereiro de 2023, “ Termo de Transação Individual “ entre as recuperandas e a (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acordo consolidado dia 18 de junho de 2024, a 2ª Parcela do “ Termo de Transação Individual “, vencerá em 30/06/2025.

A parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

A situação atual das empresas: As unidades operacionais do GVO (Itapira, José Bonifácio e Monções) encontram-se atualmente paralisadas. A unidade de Ariranha, por sua vez, está programada para iniciar suas operações na segunda quinzena de abril de 2025, visando recuperar os níveis de produção anteriores.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) **Metodologia de avaliação**

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) **Taxa de desconto**

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) **Visão geral de mercado**

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o

montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

5 Impostos a recuperar

	31/12/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.665
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15.072
Outros	7.851
	<u>82.588</u>

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	31/12/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	31.616
Empréstimos compulsórios	2.830
Demais contas a receber	1.131
	<u>35.577</u>
Ativo circulante	32.403
Ativo não circulante	3.174
	<u>35.577</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/12/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuária Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	<u>778.943</u>

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída *(estão sendo apresentados em Reais – R\$)* conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430	(1.430)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	894	(894)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316	(316)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.241	(94.241)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	282	(282)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230	(230)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26	(26)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26	(26)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas	87	(87)
Cooperativa Regional Agropecuária de Campinas IPC90	87	(87)
Banco Bradesco S.A.	285	(285)
Banco Fenícia S.A.	2	(2)
Banco Nacional S.A.	3.344	(3.344)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000	(50.000)
Embraer S.A.	13.446	(13.446)
Condecrer S.A.	25.177	(25.177)
FISSET PESCA SUDEPE	654	(654)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.656	(47.656)
Fundo de Investimentos Setoriais FISSET - PESCA	14.455	(14.455)
Hospital São Domingos S.A.	2.491	(2.491)
Pagrisa Pastoril Agrícola S.A.	1.222	(1.222)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057	(3.057)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.328	(19.328)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.125	(1.125)
Cooperativa de Mococa	582	(582)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119	(1.119)
	281.562	(281.562)

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	0	252.890	252.890
Edifícios e benfeitorias	92.189	(54.990)	37.198	37.208
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	383.639	(277.034)	106.604	106.421
Móveis e utensílios	9.190	(7.713)	1.477	1.476
Obras em andamento	16.353	-	16.353	16.243
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	676.464	676.464
Outras imobilizações	18.414	(17.628)	786	610
	1.449.139	(357.366)	1.091.773	1.091.313

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas / Reclassif.	Saldo em
	30/11/2024	Adições	Depreciações		31/12/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	252.890	-	0	-	252.890
Edifícios e benfeitorias	37.208	4	(14)	-	37.198
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	106.421	183	-	-	106.604
Móveis e utensílios	1.476	1	-	-	1.477
Obras em andamento	16.243	110	-	-	16.353
Mais valia - Ganho de capital de bens	676.464	-	-	-	676.464
Outras imobilizações	610	180	(4)	-	786
	1.091.313	478	(18)	-	1.091.773

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	11.189	(8.969)	2.220	2.234
Outras imobilizações	8.880	(8.785)	95	97
	20.069	(17.754)	2.315	2.331

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Baixas/ Reclassif.	Saldo em
	30/11/2024	Adições	Depreciações		31/12/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	2.234	-	(14)	-	2.220
Outras imobilizações	97	-	(2)	-	95
	2.331	-	(16)	-	2.315

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	111	(74)	37	33
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.702	-	1.702	1.518
Móveis e utensílios	27	(1)	26	25
Obras em andamento	541	-	541	431
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	547	-	547	367
	2.927	(75)	2.852	2.375

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	33	4	-	-	37
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	1.518	183	-	-	1.702
Móveis e utensílios	25	1	-	-	26
Obras em andamento	431	110	-	-	541
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	367	180	-	-	547
	2.375	478	-	-	2.852

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
	-	-	-	-

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e propriedades	-	-	-	-	-
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	0	4.075	4.075
Edifícios e benfeitorias	13.576	(13.300)	276	276
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-
Outras imobilizações	8.862	(8.755)	108	110
	<u>26.608</u>	<u>(22.055)</u>	<u>4.553</u>	<u>4.555</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
Terrenos e propriedades	4.075	-	0	-	4.075
Edifícios e benfeitorias	276	-	(0)	-	276
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	110	-	(2)	-	108
	<u>4.555</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>4.553</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina Catanduva Ltda

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	16.771	-	16.771	16.771
Edifícios e benfeitorias	11.606	(4.995)	6.611	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	36.948	(30.063)	6.884	6.884
Móveis e utensílios	4.953	(3.967)	986	986
Obras em andamento	7.357	-	7.357	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	215.483	215.483
Outras imobilizações	125	(89)	37	37
	293.243	(39.114)	254.129	254.129

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	31/12/2024
Terrenos e propriedades	16.771	-	-	-	16.771
Edifícios e benfeitorias	6.611	-	-	-	6.611
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	6.884	-	-	-	6.884
Móveis e utensílios	986	-	-	-	986
Obras em andamento	7.357	-	-	-	7.357
Mais valia - Ganho de capital de bens	215.483	-	-	-	215.483
Outras imobilizações	37	-	-	-	37
	254.129	-	-	-	254.129

Na UPI Usina Itapira Ltda

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	820	-	820	820
Edifícios e benfeitorias	7.759	(5.911)	1.848	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	24.315	(18.463)	5.852	5.852
Móveis e utensílios	1.446	(1.094)	352	352
Obras em andamento	5.419	-	5.419	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	110.657	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	(0)	(0)
	150.416	(25.468)	124.948	124.948

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e propriedades	820	-	-	-	820
Edifícios e benfeitorias	1.848	-	-	-	1.848
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	5.852	-	-	-	5.852
Móveis e utensílios	352	-	-	-	352
Obras em andamento	5.419	-	-	-	5.419
Mais valia - Ganho de capital de bens	110.657	-	-	-	110.657
Outras imobilizações	(0)	-	-	-	(0)
	124.948	-	-	-	124.948

Na UPI Usina José Bonifácio Ltda

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	2.980	-	2.980	2.980
Edifícios e benfeitorias	29.366	(15.183)	14.184	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	183.268	(132.920)	50.348	50.348
Móveis e utensílios	1.462	(1.413)	48	48
Obras em andamento	2.462	-	2.462	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	199.277	199.277
Outras imobilizações	0	-	0	0
	418.815	(149.516)	269.299	269.299

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e propriedades	2.980	-	-	-	2.980
Edifícios e benfeitorias	14.184	-	-	-	14.184
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	50.348	-	-	-	50.348
Móveis e utensílios	48	-	-	-	48
Obras em andamento	2.462	-	-	-	2.462
Mais valia - Ganho de capital de bens	199.277	-	-	-	199.277
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	269.299	-	-	-	269.299

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na UPI Usina Monções Ltda

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	5.936	-	5.936	5.936
Edifícios e benfeitorias	17.954	(6.558)	11.396	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	137.407	(95.588)	41.819	41.819
Móveis e utensílios	1.302	(1.238)	64	64
Obras em andamento	480	-	480	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	151.048	151.048
Outras imobilizações	0	-	0	0
	314.126	(103.384)	210.742	210.742

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	31/12/2024
Terrenos e propriedades	5.936	-	-	-	5.936
Edifícios e benfeitorias	11.396	-	-	-	11.396
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	41.819	-	-	-	41.819
Móveis e utensílios	64	-	-	-	64
Obras em andamento	480	-	-	-	480
Mais valia - Ganho de capital de bens	151.048	-	-	-	151.048
Outras imobilizações	0	-	-	-	0
	210.742	-	-	-	210.742

Na UPI Terras Parte I Ltda

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	216.117	-	216.117	216.117
	216.117	-	216.117	216.117

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	31/12/2024
Terrenos e propriedades	216.117	-	-	-	216.117
	216.117	-	-	-	216.117

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na UPI Terras Parte II Ltda

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	6.190	-	6.190	6.190
	6.190	-	6.190	6.190

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e propriedades	6.190	-	-	-	6.190
	6.190	-	-	-	6.190

Na UPI Imóveis Ltda

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	0	-	0	0
	0	-	0	0

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Edifícios e benfeitorias	0	-	-	-	0
	0	-	-	-	0

Na UPI Imóveis Urbanos Ltda

Descrição	31/12/2024			30/11/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	627	-	627	627
	627	-	627	627

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2024	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Edifícios e benfeitorias	627	-	-	-	627
	627	-	-	-	627

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	31/12/2024
Salários e honorários e encargos a pagar	679
Provisão de férias e encargos	167
Provisão para 13 salário e encargos	-
	<u>846</u>

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	31/12/2024
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dívidas de longo prazo	<u>(6.843)</u>
Total	<u>121.049</u>
 No passivo circulante	 52.686
No passivo não circulante	<u>68.363</u>
	<u>121.049</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 10,65% % a.a.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A companhia está aguardando a posição dos saldos junto à cooperativa para realizar os ajustes necessários. Não recebemos esses relatórios desde maio de 2019.

11 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2024
Tributos Estaduais	747.248
Tributos Federais	23.334
Tributos Municipais	23.633
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	41.781
Tributos Sindicais	6.563
	<u>842.560</u>

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	31/12/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	231.548
Credores Classe II - Com garantias	253.124
Credores Classe III - Quirografários	2.258.322
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	13.244
Credores Extraconcursais	19.791
	<u>2.776.028</u>

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 41.353, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/12/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	186.730
Hermelindo Ruete de Oliveira	86.914
Virgolino de Oliveira Filho	20.219
	<u>293.863</u>

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação judicial	Capital Social	Percentual de participação das pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	254.130	0,0000%	254.130	-
UPI Usina Itapira Ltda.	124.949	0,0000%	124.949	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	269.300	0,0000%	269.300	-
UPI Usina Monções Ltda.	210.743	0,0000%	210.743	-
UPI Terras Parte I Ltda.	216.118	3,8990%	207.691	8.427
UPI Terras Parte II Ltda.	6.191	0,0000%	6.191	-
UPI Imóveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imóveis Urbanos Ltda.	628	99,9600%	0	627
	2.416.656		2.358.923	57.733

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Para o período, não houve vendas.

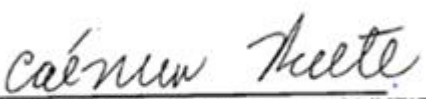
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024
Valores em Milhares de Reais

17 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024
Despesas com pessoal	10.097
Serviços de terceiros	49.204
Taxas e tributos	1.262
Diversos	6.828
	<u>67.391</u>

18 Resultado financeiro

	31/12/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	1.127
	<u>1.127</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher / Outros	(14.991)
	<u>(14.991)</u>
Variações cambiais liquidas	<u>(290.237)</u>
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	<u>-</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(304.101)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *